

Moção 11

Moção por uma Política de Renovação Democrática

I. Preâmbulo

As democracias liberais atravessam um momento de tensão em toda a Europa, e Portugal não é excepção. Cresce a desconfiança nas instituições representativas, nos partidos políticos e nos processos eleitorais. Esse descrédito tem alimentado movimentos que exploram o distanciamento percebido entre os cidadãos e os seus representantes, propondo soluções simplistas para problemas estruturalmente complexos.

A resposta a este fenómeno não pode ser apenas discursiva. Não basta defender a democracia representativa em palavras, é preciso estar disposto a pensá-la, a questioná-la e, onde for necessário, a renová-la. Os partidos que acreditam genuinamente nas instituições democráticas têm uma responsabilidade acrescida, a de refletir sobre as suas próprias práticas e de dar o exemplo, abrindo internamente os debates que defendem para o sistema político em geral.

O LIVRE foi fundado com esse compromisso. Mais do que fechar uma decisão, esta moção quer abrir uma conversa. O que a move é o desejo de que o partido reflita coletivamente sobre o modelo de representação política que quer encarnar, o modelo que assim entenderem os membros e apoiantes que seja mais representativo, diverso e renovador. Várias forças da família verde europeia já trilharam este caminho, do *Ecolo* belga aos Verdes alemães, ensaiando formas de renovar e limitar mandatos com resultados diversos.

II. Fundamentação Política

Coerência com os valores do LIVRE

O LIVRE defende uma democracia mais participativa, mais plural e mais próxima dos cidadãos. Faz sentido que essa defesa seja também ocasião para olharmos para dentro e perguntarmos como as nossas práticas internas refletem esses valores. A questão da renovação e da limitação de mandatos em cargos públicos decorre naturalmente dos princípios fundadores do partido e merece ser discutida com seriedade e abertura, sem que isso traduza qualquer desconfiança dirigida aos eleitos.

Uma resposta séria a uma crise democrática séria

Numa conjuntura em que o descrédito nas instituições é explorado por forças que ameaçam os fundamentos do Estado de direito democrático, os partidos comprometidos com a democracia ganham credibilidade quando se mostram capazes de discutir abertamente as suas próprias regras. O objetivo deste debate é demonstrar que é possível fazer política de outra forma, também na cultura e nas práticas internas, e não apenas no conteúdo programático.

Valorização dos quadros e da participação

Pensar a renovação é também pensar como o partido forma, acompanha e dá oportunidade aos seus quadros. Um debate sobre limites de mandatos é, no fundo, um debate sobre a confiança no coletivo: sobre a convicção de que o LIVRE tem pessoas capazes de representar os seus valores em qualquer cargo e sobre o dever de lhes abrir caminho. Há, naturalmente, argumentos em sentidos diferentes, como o valor da experiência acumulada, a liberdade de escolha de eleitores e militantes ou as especificidades de cada cargo, e é precisamente por isso que vale a pena discutir o tema com tempo, em vez de o decidir à pressa.

III. Deliberação

A experiência dessas forças mostra que a limitação de mandatos é compatível com os valores verdes, mas que a sua eficácia depende do desenho: o *Ecolo* limita a dois os mandatos sucessivos na mesma função, com derrogação possível, enquanto a rotação mais rígida dos Verdes alemães acabou abandonada em 1991.

Considerando o exposto, e com o objetivo de abrir um debate alargado sobre o tema, esta moção propõe que o XVII Congresso do LIVRE delibere:

- Reconhecer a renovação democrática e a questão da limitação de mandatos consecutivos como tema relevante para a vida interna do partido, merecedor de reflexão coletiva;
 - Mandatar os órgãos competentes do partido para promover, ao longo do próximo ciclo, um processo de debate participado sobre o tema, aberto a membros e apoiantes, que recolha contributos, pondere os argumentos a favor e contra e tenha em conta as especificidades de cada tipo de cargo;
 - Que esse processo procure reunir informação útil, incluindo a experiência de outros partidos verdes europeus e de outras democracias, de modo a permitir uma decisão informada e fundamentada em dados;
 - Que, concluído o debate, os órgãos competentes apresentem à futura composição ou a um futuro Congresso uma proposta concreta, ou um conjunto de opções, sobre a eventual adoção de limites de mandatos consecutivos e respetivas modalidades, para deliberação dos congressistas;
 - Que o LIVRE comunique a abertura deste debate como expressão do seu compromisso com uma cultura política aberta, reflexiva e plural.

Sintra, 11 de Julho de 2026.

Proponentes

- Matias Feijoo
- Bárbara Ribeiro

Subscritores

- Márcio Sousa
- Paulo Muacho
- Carlos M.G.L. Teixeira